



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 06/2020.**

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 06/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002675-10.2019.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRONICO N. 12/2020**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MULTITEC ELEVADORES LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DE PASSAGEIROS DO TRE-RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG **\*\*\*.893-SSP/RO** e CPF **\*\*\*.106.849-\***, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.477.789/0001-40, com sede na Rua Luiz Geraldo da Silva, n. 5, Quadra 79 - Bairro: CPA II - Cuiabá/MT, CEP: 78.055-518, Telefone (s): (65) 3644-2596/(65) 99664-0889/99642-2102, E-mail(s): [naudylann@multitecelevadores.com.br](mailto:naudylann@multitecelevadores.com.br), [financeiro@multitecelevadores.com.br](mailto:financeiro@multitecelevadores.com.br), neste ato representada pelo Senhor **NAUDYLANN DANTAS LIMA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG **\*\*\*9950\*/SJSP-MT**, CPF **\*\*\*.349.841-\***, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base nos dados constantes na Manifestação 1/2023/SEMAP, de 16/03/2023, na Manifestação 4/2023/SEMAP, de 21/03/2023 (eventos [0978941](#) e [0989589](#)), e o Ato de Autorização constante no DESPACHO Nº 362/2023-GABDG, de 12/04/2023 (evento [0996676](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto **PRORROGAR** o prazo de vigência do **Contrato n. 06/2020** (evento [0537782](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, **a contar de 21/05/2023 até 21/05/2025**.

**Subcláusula Primeira** – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no evento [0976022](#) destes autos.

**Subcláusula Segunda** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total deste Termo Aditivo é de **R\$ 90.149,28** (noventa mil cento e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos), conforme a seguir:

| ANO             | VALOR MENSAL | VALOR ANUAL   |
|-----------------|--------------|---------------|
| 2023 (7 meses)  | R\$ 3.756,22 | R\$ 26.293,54 |
| 2024 (12 meses) | R\$ 3.756,22 | R\$ 45.074,64 |
| 2025 (5 Meses)  | R\$ 3.756,22 | R\$ 18.781,10 |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 33.90.39.16, Funcional Programática: 02122003320GP001, consoante Nota de Empenho 2023NE000252, de 13/04/2023 (evento [0999805](#)), a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário.

**Subcláusula Terceira** – O valor atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo dos possíveis acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 122.750,37, conforme detalhado no Anexo I deste instrumento.

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor de R\$ 4.507,46 (quatro mil quinhentos e sete reais e quarenta e seis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Quarta, Subcláusula Primeira, do Contrato originário.

**DA RATIFICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 14 de abril de 2023.

|  |  |
|--|--|
| <b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b><br>Pelo CONTRATANTE      | <b>NAUDYLANN DANTAS LIMA</b><br>Pela CONTRATADA                    |
| Aldací Souza Mota<br>CPF: 326.504.772-53<br>Testemunha | Luciano da Silva Santos Braga<br>CPF: 812.434.482-53<br>Testemunha |

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 1º AO CONTRATO N. 06/2020**

**Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:**

| <b>Contrato/Aditivo/Apostila<br/>(Valores, objetos e datas de<br/>assinatura e de vigência)</b> | <b>Valor inicial do<br/>contrato e valor<br/>de</b> | <b>Percentual de<br/>acréscimo/supressão<br/>realizado em cada<br/>aditivo em relação</b> |
|---|---|---|
|---|---|---|

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|  | <b>aditivo/apostila</b> | <b>ao valor inicial do contrato</b><br><b>(Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b> |
|--|-------------------------|--|
| Contrato n. 06/2020, assinado em 20/05/2020 – Volume V do PA (evento n. <a href="#">0537782</a> )<br><br>Vigência de 36 meses, a contar da assinatura (a contar de 20/05/2020 a 20/05/2023)<br><br>Valor do contrato: R\$ 112.000,00<br><br>Garantia: R\$ 5.600,00           | <b>R\$ 112.000,00</b>   | -  |
| Apostila n. 1, assinada em 16/07/2021 – Volume VII do PA (evento n. <a href="#">0716311</a> )<br><br>I- Reajuste de 8,06%, a contar de 05/05/2021.<br><br>Valor da Apostila R\$ 6.018,13<br><br>Garantia: R\$ 300,90   | <b>R\$ 6.018,13</b>     | -  |
| 1. Apostila n. 2, assinada em 22/07/2022 – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0864408</a> )<br><br>I - Reajuste de 11,73%, a contar de 05/05/2022.<br><br>Valor da Apostila R\$ 4.732,24<br><br>Garantia: R\$ 236,61   | <b>R\$ 4.732,24</b>     | -  |
| Termo Aditivo n. 1, assinado em ____/04/2023 – Volume IX do PA (evento n. <a href="#">0999895</a> ).<br><br>I - Prorrogação da Vigência por mais 24 meses, a contar de 21/05/2023 até 21/05/2025.<br><br>Valor do Termo Aditivo R\$ 90.149,28<br><br>Garantia: R\$ 4.507,46. | <b>R\$ 90.149,28</b>    |  |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

|   |                                 |
|---|---------------------------------|
| <b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.                             | <b>R\$</b><br><b>122.750,37</b> |
| <b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário. | <b>0,00%</b>                    |



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/04/2023, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NAUDYLANN DANTAS LIMA, Usuário Externo**, em 17/04/2023, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 17/04/2023, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 17/04/2023, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0999895** e o código CRC **D0808F79**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Análise de Termo Aditivo ao Contrato 06/2020/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Elevadores – Contratada Multitec elevadores Ltda.

### **PARECER JURÍDICO Nº 71 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP**, CNPJ n. **09.477.789/0001-40**, para prestar serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO, dimensionada inicialmente para 36 (trinta e seis) meses, a partir de 20/05/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 06/2020** ([0537782](#))

**02.** Na manifestação n. 1/2023 ([0978941](#)), a SEMAP, na condição de unidade gestora do contrato, manifestou-se pela prorrogação do contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, assim justificando a medida:

I - Considerando que esta unidade gestora consultou a empresa no que diz respeito ao interesse em prorrogar o referido contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, a contar de 21/05/2023 a 20/05/2025, de acordo com o evento SEI n. [0975629](#);

II - Considerando que a Contratada, MULTITEC ELEVADORES LTDA, concordou pela renovação do contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, evento SEI n. [0976022](#);

III - Considerando que a pesquisa de preços (Evento [0988831](#)), feita com o objetivo de demonstrar a vantajosidade para a Administração em prorrogar o contrato referenciado. Informa-se que foi obtido sucesso na consulta ao





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

site: [bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa](http://bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa) e aos site de outros Órgãos, no caso MPDFT e MPERO;

IV - Considerando que a finalidade pública será atendida com a prorrogação do contrato por período maior, uma vez que a contratada presta seu serviço de forma regular, além disso tal fato irá proporcionar que esta unidade direcione seus recursos humanos para atividades complexas priorizadas pela Administração, diminuindo, sensivelmente, a sobrecarga com trabalhos corriqueiros como gestão de contratos.

V - A unidade gestora do contrato também estimou o valor dos serviços que se quer prorrogar da seguinte forma ([0989589](#)):

| Ano             | Valor Mensal | Valor Anual   |
|-----------------|--------------|---------------|
| 2023 (7 meses)  | R\$ 3.756,22 | R\$ 26.293,57 |
| 2024 (12 meses) | R\$ 3.756,22 | R\$ 45.074,64 |
| 2025 (5 meses)  | R\$ 3.756,22 | R\$ 18.781,10 |

VI - Ainda de acordo com a manifestação [0989589](#), esclareceu a unidade gestora que os preços supracitados estarão sujeitos a reajustes contratuais previstos.

**03.** Mediante o Despacho n. 572/2023 ([0988883](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou o processo à **COFC** para programação orçamentária dessa possível despesa; à **SECONT** para lavratura do termo aditivo contratual e a esta Assessoria para emissão de parecer jurídico.

**04.** Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, a SPOF informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0990225](#))

**05.** Por sua vez, a SECONT juntou a minuta do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 06/2020 ([0991428](#)) e a encaminhou a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

**É o necessário relato.**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DA PRORROGAÇÃO PRETENDIDA**

**06.** Conforme relatado, na manifestação da SEMAP - [0978941](#), a unidade gestora solicitou a prorrogação da avença firmada com a empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP, CNPJ n. 09.477.789/0001-40**, por mais 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 21/05/2023. Verifica-se não haver óbices à pretensão da Administração.

**07.** A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original)

**08.** O primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772*).

**09.** Ressalte-se que **Contrato n. 06/2020** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAIS E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUARTA** – Este Contrato terá prazo de vigência e prazo de execução de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

**Subcláusula Primeira** - Os prazos ora referidos poderão vir a ser prorrogados, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93 e a juízo da Administração, justificada pela Autoridade competente e obedecidas as normas legais, entre elas...

**10. O segundo requisito** vem consubstanciado na assertiva: ***“iguais e sucessivos períodos”***. Conforme se verifica pelo relato do gestor, está sendo solicitada a prorrogação do contrato por apenas 24 (vinte e quatro) meses. **Também não há óbices legais a essa pretensão. O item 3 do ANEXO IX da IN SG/MPDG n. 005/17, editada em conformidade com as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União**, já não reproduz essa condição atrelada à observância de ***iguais períodos*** para a vigência dos contratos nas prorrogações que se sucederam. Nesses atos deve prevalecer o interesse da Administração Pública no novo dimensionamento temporal combinado, certamente, à observância do prazo legal máximo ordinário de 60 meses.

**11.** Esse também é o entendimento pacificado na doutrina administrativista, ou seja, os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida, precipuamente, a ***finalidade pública***, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

*É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático. (negritou-se)*

**12.** Para afastar qualquer dúvida sobre o tema, tem-se ainda que a prorrogação por períodos diversos do inicialmente pactuado encontra abrigo expresso no **item 12, letra “c” do Anexo IX da IN SG/MPDG n. 005/17**, veja-se:

*12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:*

*a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;*

*b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente. (destacou-se).*

**13.** Nesses termos, tem-se que o contrato **poderá ser prorrogado por 24 (vinte e quatro meses), a contar de 21/05/2023, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação.** Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

**14.** O **terceiro e último requisito** que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado.** Veja-se:

**Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

**Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**15.** Segundo registrado na manifestação n. 1/2023, ([0978941](#)), a unidade gestora da contratação demonstrou a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida, pois os valores praticados no atual contrato encontram-se no mesmo patamar de similaridade dentre àqueles obtidos na pesquisas de preços ([0988831](#)), levada a cabo em órgãos similares ao TRE-RO na cidade de Porto Velho.

**16.** Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato. Ressalte-se que há manifestação expressa da Contratada pela renovação do pacto ([0976022](#)).

## **2.2 DA ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO**

**17.** Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato n. 06/2020 ([0991428](#)) para o registro da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prorrogação pretendida pela unidade gestora . Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara. Contudo, observa-se apenas erro formal quanto ao número do contrato originário, pois onde consta na minuta (0991428) 20/2020 deverá constar 06/2020, sendo assim, tem-se como necessária a referida correção previamente a sua assinatura.**

**18.** Destaca-se que, na CLAUSULA TERCEIRA da referida minuta, a SECONT previu que a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do instrumento, a **complementação de garantia contratual** no valor de R\$ 4.507,46 (quatro mil quinhentos e sete reais e quarenta e seis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário.

**19.** Destarte, a referida minuta está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, ressaltando a observação constante do **item 17**.

### **III – CONCLUSÃO**

**20.** Nesses termos, considerando sobretudo a manifestação da unidade gestora ([0978941](#) e [0989589](#)) e o preenchimento dos requisitos legais indicados neste parecer, esta assessoria jurídica não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 06/2020 ([0537782](#)) celebrado com a empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP, CNPJ n. 09.477.789/0001-40**, por mais 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 21/05/2023, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 e Subcláusula Primeira da Cláusula Quarta do referido ajuste.

Registre-se, conforme já apontado no **item 4 deste parecer**, que há no processo a necessária comprovação da programação da despesa para o período da prorrogação pretendida ([0990225](#)).

**21.** Por fim, considerando que a alteração indicada no **item 17** deste parecer poderá ser processada previamente à assinatura do aditivo,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

para cumprimento do **art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ao processo ([0991428](#)) estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 31/03/2023, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 31/03/2023, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0995157** e o código CRC **45BF835B**.

0002675-10.2019.6.22.8000

0995157v12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Análise de Termo Aditivo ao Contrato 06/2020/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Elevadores – Contratada Multitec elevadores Ltda.

**DESPACHO Nº 362 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP, CNPJ n. 09.477.789/0001-40, para prestar



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, dimensionada inicialmente para 36 (trinta e seis) meses, a partir de 20/05/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 06/2020 ([0537782](#)).

A Seção de Manutenção Predial - SEMAP, verificando a proximidade do final do prazo de vigência do Contrato, manifestou-se pela sua prorrogação pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/05/2023 até 20/05/2025, registrando que a contratada concordou com a renovação do contrato por aquele período ([0978941](#)). Ademais, estimou o valor dos serviços que se quer prorrogar ([0989589](#)).

À vista disso, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC remeteu o feito à COFC, para programação orçamentária dessa possível despesa; à SECONT, para elaboração da minuta de aditivo contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([0988883](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 249 da COFC ([0990087](#)), formalizou a programação orçamentária, com emissão de pré-empenho ([0990225](#)).

A SECONT elaborou a minuta do termo aditivo n. 1 ao Contrato n. 06/2020 ([0991428](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica ([0991451](#)), a qual, após análise, aprovou os seus termos, por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e por atender aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas. Ademais, a AJSAOFC opinou pela possibilidade da prorrogação pretendida, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 e Subcláusula Primeira da Cláusula Quarta do referido ajuste, bem como pela necessidade de renovação da garantia nos termos pactuados, nos termos do Parecer Jurídico n. 71/2023 ([0995157](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável às prorrogações do Contrato sob análise, nos mesmos termos do Parecer Jurídico supracitado ([0995366](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica da SAOFC, é pacífico o entendimento deste órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Além disso, nos termos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Manifestação n. 1/2023 ([0978941](#)), a unidade gestora informou que a prorrogação pretendida é necessária para a regular a prestação de serviços de manutenções nos elevadores deste Egrégio Tribunal, uma vez que o Contrato n. 06/2020 terá sua vigência expirada na data de 20 de maio do ano corrente.

Ademais, além de encontrar previsão na Subcláusula Primeira da Cláusula Quarta do referido Contrato, a prorrogação dos prazos contratuais encontra amparo no art. 57 da Lei de Licitações, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses.

Da leitura do dispositivo acima citado, percebe-se que para o caso concreto há permissivo legal a possibilitar as prorrogações pretendidas, considerando tratar-se de serviço a ser prestado de forma contínua. Com isso, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral.

Com relação ao requisito consubstanciado na assertiva “iguais e sucessivos períodos”, verifica-se estar sendo solicitada a prorrogação do contrato por apenas 24 (vinte e quatro) meses, não havendo óbice legal a essa pretensão. Com efeito, esse é o entendimento pacificado na doutrina administrativista, ou seja, os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida, precipuamente, a finalidade pública, o que verifica-se no caso ora em análise.

Nesses termos, tem-se que o contrato poderá ser prorrogado por 24 (vinte e quatro meses), a contar de 21/05/2023, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação. Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato.

Além disso, a unidade gestora da contratação demonstrou a vantagem da prorrogação contratual pretendida, pois os valores praticados no atual contrato encontram-se no mesmo patamar de similaridade dentre àqueles obtidos na pesquisas de preços ([0988831](#)), levada a cabo em





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgãos similares ao TRE-RO na cidade de Porto Velho, segundo registrado na manifestação n. 1/2023 ([0978941](#)).

Cabe registrar que, com fundamento no §2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente indicada nos termos da CLÁUSULA SEXTA do ajuste e sistematizada na Cláusula Terceira da minuta SECONT ([0991428](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Primeira da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 06/2020 ([0537782](#)), com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 06/2020 ([0537782](#)), por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/05/2023 até 21/05/2025; e

b) DETERMINO a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e no art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Terceira da minuta do Primeiro Termo Aditivo ([0991428](#)).

À SECONT para proceder ao ajuste recomendado no item 17 do Parecer Jurídico n. 71 - AJSAOFC ([0995157](#)).

À SAOFC para adoção das demais medidas para o devido processamento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 12/04/2023, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0996676** e o código CRC **BF001115**.